

Termômetro do Radar de Projetos (TRP)



OFERECIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS

Análise em foco

Infraestrutura Social



novembro
2022

04 de novembro de 2022

O Guia de Parcerias Público-Privada-PPP, principal instrumento da certificação profissional em Concessões e PPPs da APMG International (CP³P), apoiado pelos principais bancos de fomento do mundo, incluindo BID e Banco Mundial, conceitua Infraestrutura Social como “*Infraestrutura que acomoda serviços sociais: hospitais, escolas e universidades, presídios, habitação, tribunais, e assim por diante*”. Veja aqui: <https://radarppp.com/treinamentos/cp3p/>.

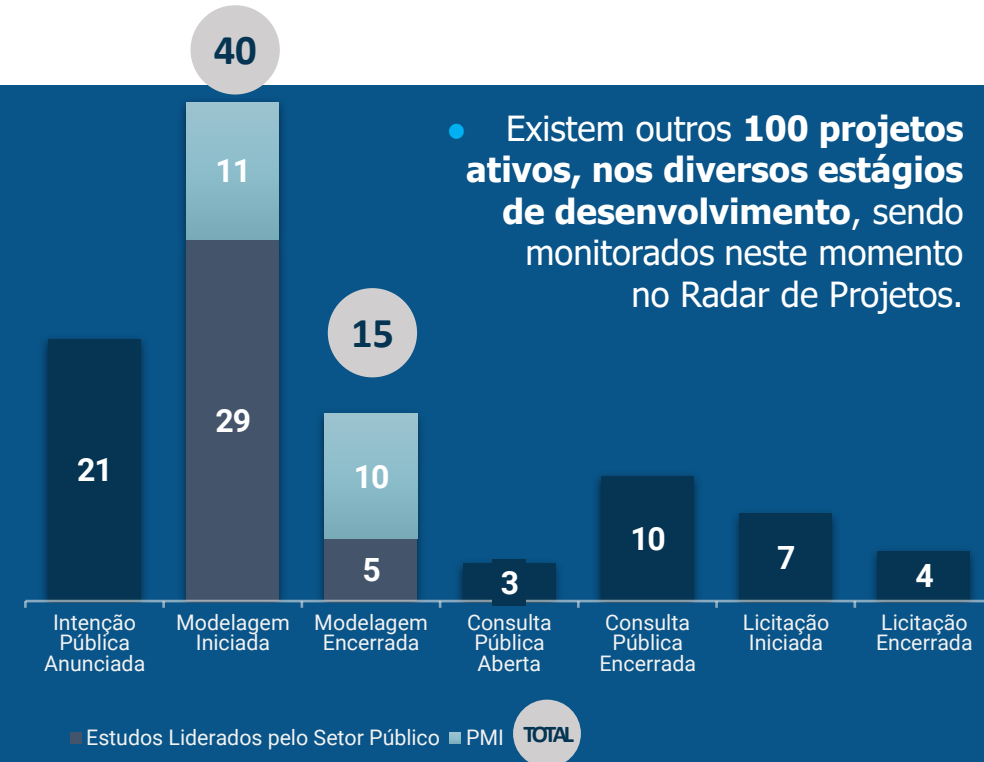
Dentro da organização de segmentos promovida pelo Radar de Projetos, a Infraestrutura Social abriga 10 segmentos, dos quais 5 serão considerados para a construção da análise do TRP. São eles: 1) Educação, 2) Habitação e Urbanização, 3) Saúde, 4) Sistema Funerário e 5) Sistema Prisional. Para saber mais sobre a organização de segmentos no Radar de Projetos, acesse: <https://radarppp.com/informacao/radar-de-projetos/duvidas/>.

O Radar de Projetos

- Os segmentos em foco deste TRP são Educação, Habitação e Urbanização, Saúde, Sistema Funerário e Sistema Prisional, e **juntos somam 381 iniciativas**.

- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP possui, atualmente, **informações sobre mais de 4.100 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.

- São **67 os contratos de PPP nos segmentos que compõem o TRP de Infraestrutura Social** monitorados em nosso banco de dados.



- Existem outros **100 projetos ativos, nos diversos estágios de desenvolvimento**, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.

- Além desses, há outros 214 projetos, não computados no gráfico acima, com o status de paralisado, **mas que podem ser reativados ainda em 2022**.

Infraestrutura Social



Nos últimos 30 dias...



novos projetos inseridos

foram detectados 4 novos projetos, sendo todos em âmbito municipal.



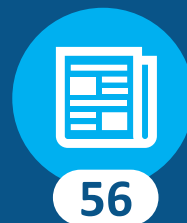
consultas públicas abertas

4 projetos alcançaram a fase de Consulta Pública, sendo todos iniciativas municipais (2 no segmento de Saúde e 2 no segmento Sistema Funerário).



licitações publicadas

3 Licitações foram iniciadas, todas na região Sul do país, sendo 2 projetos estaduais em Santa Catarina.



novidades capturadas

56 novidades capturadas, por meio de publicações governamentais nos últimos 30 dias, impactaram 47 projetos, atualizando seus históricos.



eventos mapeados

a agenda dos projetos revela 11 eventos associados a 10 projetos para os próximos 30 dias.

Novos Projetos

Unidades Básicas de Saúde Saúde

Intenção Pública Anunciada



Rio Grande do Sul | Caxias do Sul

Unidades Básicas de Saúde Saúde

Intenção Pública Anunciada



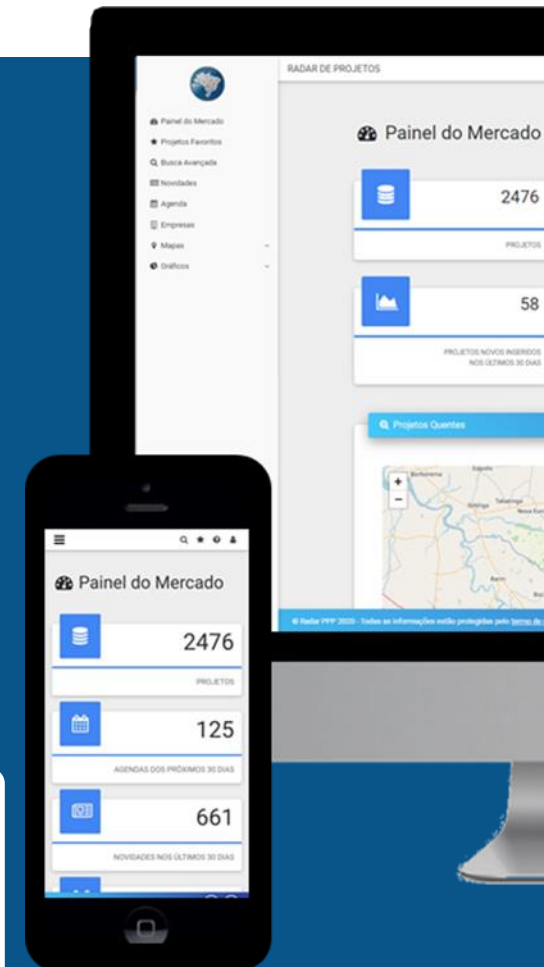
Ceará | Juazeiro do Norte

Cemitérios Públicos Sistema Funerário

Intenção Pública Anunciada



Rio de Janeiro | Nilópolis



* São 5 segmentos considerados para a construção da análise deste TRP. São eles: 1) Educação, 2) Habitação e Urbanização, 3) Saúde, 4) Sistema Funerário e 5) Sistema Prisional.

Termômetro do Radar de Projetos

O **Termômetro do Radar de Projetos** foi concebido para funcionar de maneira similar aos termômetros utilizados para medir a temperatura do corpo humano. Nesse sentido, assim como temperaturas elevadas no corpo humano indicam “doenças”, no Termômetro do Radar de Projetos isso não é diferente.

O Termômetro não irá mensurar hipotermia, sendo focado apenas na indicação da situação febril. Dessa forma, temperaturas elevadas indicam excesso de adiamentos de sessões de abertura de envelopes de licitação, suspensões de licitações e cancelamentos de licitações (“**patógenos**”) e, considerando que há ao mesmo tempo novos elementos positivos do mercado, tais fatos serão comparados como surgimento de novos projetos monitorados no Radar de Projetos (“**anticorpos**”)¹.



¹ Sem dúvida que tais expressões são meramente ilustrativas. Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte <https://www.radarppp.com/biblioteca/>

Interpretação dos Resultados

Os resultados mensurados pelo **TRP** serão sempre superiores a 37° e **quanto mais elevados, pior** – ou seja, é maior a ocorrência de adiamentos, suspensões e cancelamentos de licitações de projetos vis a vis a publicação de novos projetos.

Acima de 41°

HIPERTERMIA

Os dados do mês em análise apresentam um comportamento muito próximos da média do comportamento do ano base (2019).

39,6° - 41,0°

FEBRE ALTA

Os dados do mês apresentam um comportamento, em um primeiro nível mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).

37,6° - 39,5°

FEBRE

Os dados do mês apresentam um comportamento, em um segundo nível mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).

37,0° - 37,5°

NORMAL

Patamar mais elevado. Os dados do mês apresentam um comportamento, bem mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).



Leonardo Moreira C.
de Souza, sócio da área
de Infraestrutura do
Azevedo Sette
Advogados

“Tendo em vista as dificuldades orçamentárias comuns aos Estados e Municípios, é necessário pensar e expandir as parcerias público-privadas na área de educação, ferramenta à disposição dos gestores públicos.”

A hora de destravar as PPPs em Educação

Um dos principais temas de preocupação da sociedade brasileira, principalmente em períodos eleitorais, é a educação. Sendo o primeiro direito social reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro (já na Constituição de 1934), a educação tem central importância na conquista da cidadania do povo brasileiro e na preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

Com o passar do tempo, avanços foram verificados na **universalização** da educação, alcançada em nível fundamental e médio ainda na primeira década do presente século. No entanto, vários desafios ainda persistem, seja na universalização da educação infantil e de creches, seja na superação dos gargalos de infraestrutura existentes nas escolas municipais e estaduais para a prestação da educação em nível mínimo de qualidade, de acordo com os índices de avaliação aplicáveis. Somado ao exposto, temos que a pandemia da Covid-19 atrasou a aprendizagem de milhões de estudantes brasileiros devido à suspensão das aulas presenciais nas escolas.

Assim, tendo em vista as dificuldades orçamentárias comuns aos Estados e Municípios, é necessário pensar e expandir as parcerias público-privadas na área de educação, ferramenta à disposição dos gestores públicos municipais e estaduais.

Na atualidade, já existem algumas experiências de PPPs na área de educação. O projeto de maior referência é o da Concessão Administrativa para a realização de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços de apoio, não pedagógicos, a Unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Belo Horizonte. Neste contrato, o parceiro privado compromete-se a construir/reformar unidades de ensino, além de realizar a manutenção predial, corretiva e os serviços de apoio pedagógico, tais como serviços de tecnologia de informação, serviços de reprografia, dentre outros.

A experiência na rede municipal de Belo Horizonte mostra-se bastante satisfatória. Estudos indicam que a construção e reforma das unidades transcorreram de forma mais eficiente do que a executada diretamente pela Prefeitura por meio de contratos administrativos comuns. Além disso, ao operar as unidades e prestar serviços de apoio pedagógico, os professores e educadores precisam se preocupar apenas com o principal: a atividade pedagógica, o que, em médio prazo, pode ser fator de atingimento dos índices de qualidade de educação.

A partir dessa experiência, é possível replicá-la em outras capitais e cidades, reduzindo-se as falhas na infraestrutura das redes de ensino e ampliando vagas, sobretudo na educação infantil. Atualmente, segundo dados da Radar PPP, há 46 iniciativas na área educacional. Portanto, há bastante espaço para expandir iniciativas na área educacional, e essa expansão passa, em nosso entendimento, por dois fatores: (i) apoio técnico para formulação dos projetos pelos entes subnacionais; (ii) reforço nas garantias públicas aos projetos.

Diante do exposto, é necessário, por um lado, ampliar o campo de atuação dos órgãos federais que apoiam os entes subnacionais, tais como BNDES e Caixa, para os projetos em educação, bem como é preciso estudar uma forma de a União participar da prestação de garantias públicas ao parceiro privado, como forma de se desenhar um projeto com segurança para os investidores.

Colocado isso em prática, não há dúvidas que as PPPs de Educação constituem ferramenta essencial para a superação da precariedade ainda verificada na educação pública e no empenho da iniciativa pública e privada em dotar o Brasil de uma educação pública universal e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

**Contribuição de Ernesto Medeiros T. de Araújo, advogado da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados*





Infraestrutura Social

Evolução do Termômetro do Radar de Projetos

O Guia de Parcerias Público-Privada-PPP, principal instrumento da certificação profissional em Concessões e PPPs da APMG International (CP³P), apoiado pelos principais bancos de fomento do mundo, incluindo BID e Banco Mundial, conceitua Infraestrutura Social como “*Infraestrutura que acomoda serviços sociais: hospitais, escolas e universidades, presídios, habitação, tribunais, e assim por diante*”. Veja aqui: <https://radarppp.com/treinamentos/cp3p/>.

Dentro da organização de segmentos promovida pelo Radar de Projetos, a Infraestrutura Social abriga 10 segmentos, dos quais 5 serão considerados para a construção da análise do TRP. São eles: 1) Educação, 2) Habitação e Urbanização, 3) Saúde, 4) Sistema Funerário e 5) Sistema Prisional. Para saber mais sobre a organização de segmentos no Radar de Projetos, acesse: <https://radarppp.com/informacao/radar-de-projetos/duvidas/>.

Infraestrutura Social



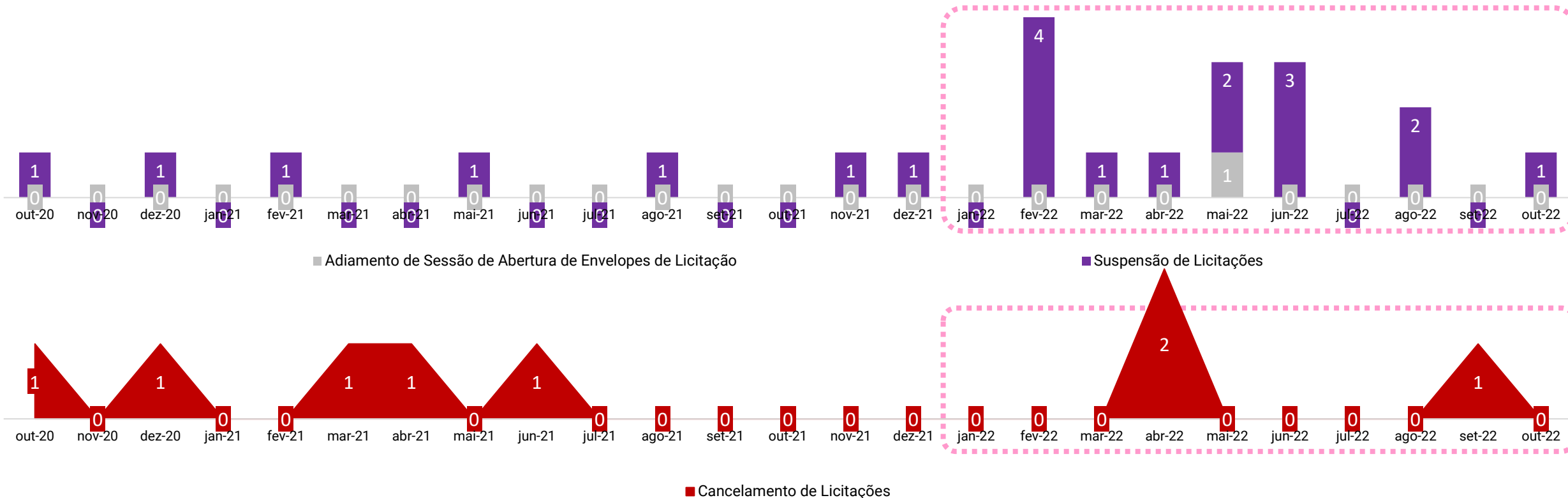
Azevedo Sette
ADVOGADOS



Variáveis do TRP:

adiamento, suspensão e cancelamento de licitações

- Os segmentos em foco* apresentam indicativos de maior turbulência em 2022, com um total de 15 adiamentos e suspensões de licitações. Esse número é maior do que as 5 ocorrências observadas em 2021, mas baixo, se comparado com as 26 ocorrências em 2020 (concentradas no primeiro semestre), ano de início da pandemia do COVID-19.
- São 3 ocorrências de licitações canceladas em 2022 para o segmentos que compõe a infraestrutura social* em análise. Número semelhante ao observado em 2021 (3), 2020 (5) e 2019 (4), o que não evidencia grande distorção do cenário atual.

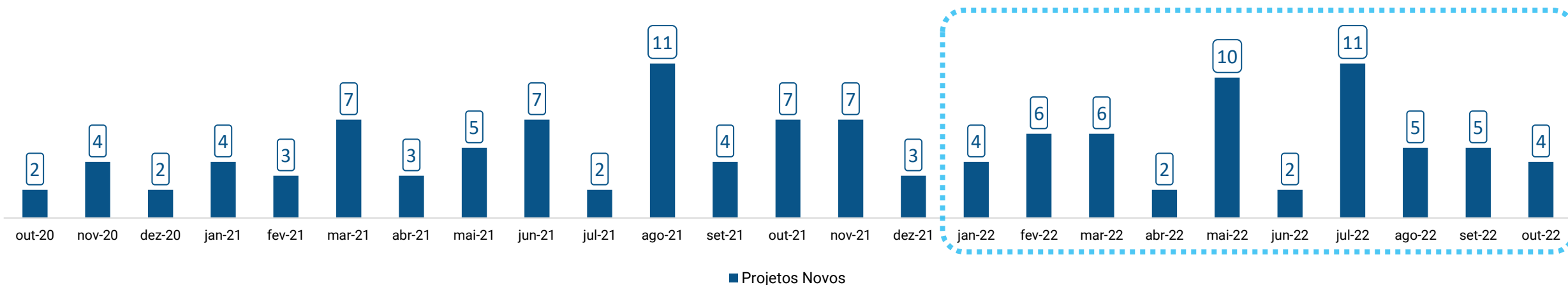


* São 5 segmentos considerados para a construção da análise deste TRP. São eles: 1) Educação, 2) Habitação e Urbanização, 3) Saúde, 4) Sistema Funerário e 5) Sistema Prisional.

Infraestrutura Social

Variáveis do TRP:
projetos novos

- 3 Próximos ao fim do ano de 2022, os dados organizados dos segmentos relacionados à infraestrutura social* sinalizam leve crescimento do quantitativo de iniciativas. Dentro da série organizada para o TRP, apenas em 2020 o número de iniciativas foi menor (54). Já em 2019 e 2021 foram 64 e 63 iniciativas, respectivamente. A dois meses do fim do ano, 2022 totaliza 55 iniciativas e tem média mensal de 6 iniciativas.
- 4 Apesar da maior parte dos segmentos em análise se relacionarem diretamente e serem significativamente impactados com a pandemia do COVID-19, não é possível indicar que a pandemia gerou reflexos que incentivassem governos e o setor privado em avançarem em soluções de infraestrutura e serviços públicos que considerassem majoritariamente as PPPs e concessões. Espera-se que passado o período de maior turbulência da crise sanitária, as instituições aprofundem a avaliação da qualidade do gasto público para os segmentos de infraestrutura social e concretizem avanços reais das PPPs e concessões nos próximos mandatos em estados e municípios, principalmente.



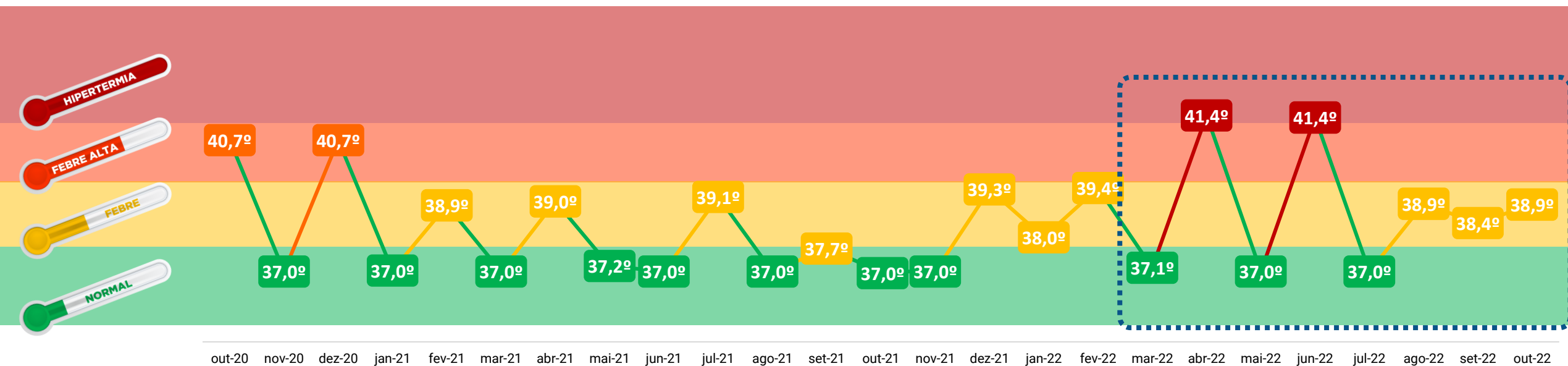
* São 5 segmentos considerados para a construção da análise deste TRP. São eles: 1) Educação, 2) Habitação e Urbanização, 3) Saúde, 4) Sistema Funerário e 5) Sistema Prisional.

Infraestrutura Social



Evolução do Termômetro do Radar de Projetos Últimos 25 meses

- Os segmentos em análise para esta edição especial do TRP apresentaram altas variações de temperaturas ao longo de 2022. Em dois meses do ano a temperatura alcançou o estágio de hipertermia (abril e junho, em decorrência das suspensões de licitações). Em outras três oportunidades o TRP registrou temperatura normal (março, maio e julho, em decorrência no maior número de iniciativas lançadas).
- O baixo número de iniciativas nos segmentos relacionados à infraestrutura social, em comparação a outros segmentos, tornam os resultados mais sensíveis em caso de licitações frustradas e baixo lançamento de novas iniciativas, o que explica o resultado de **estágio febril alcançado nos últimos 3 meses**.



* São 5 segmentos considerados para a construção da análise deste TRP. São eles: 1) Educação, 2) Habitação e Urbanização, 3) Saúde, 4) Sistema Funerário e 5) Sistema Prisional.

PPPs de Educação: Um longo caminho a ser percorrido

A educação é fundamental para o desenvolvimento social do país, de modo que para fins de alcance de níveis satisfatórios de prestação de serviços educacionais – pedagógicos e não pedagógicos – são necessários não apenas maiores investimentos financeiros no setor, como também uma melhor capacidade de gestão financeira e operacional. A Administração Pública carece, muitas vezes, do capital e do *know-how* necessários para tanto, o que acaba por tornar a Parceria Público-Privada (“PPP”) uma atrativa alternativa para fins de se garantir a melhora da qualidade dos serviços ofertados à população e o aumento da eficiência da gestão do sistema educacional.

No Brasil, dá-se enfoque à concessão, ao parceiro privado, dos serviços não pedagógicos – que nada mais são do que os serviços de apoio à operação e ao funcionamento das unidades de ensino –, o que permite que os entes públicos concentrem esforços e recursos na prestação dos serviços pedagógicos. Como consequência desta conjuntura, vislumbra-se o aumento da eficiência e a expansão da rede educacional.

Dentre as PPPs em vigor, pode-se destacar a concessão administrativa promovida em 2012 pelo Município de Belo Horizonte, referente à delegação, ao parceiro privado, da construção, administração e gestão dos serviços não pedagógicos de 46 unidades municipais de ensino infantil e 5 escolas municipais de ensino fundamental. Desde 2015, segundo dados da PBH Ativos, todas as unidades e escolas estão em operação, com a geração de nada menos que 25.040 vagas. Ainda no Estado de Minas Gerais, vale ressaltar o contrato de PPP celebrado entre o Município de Contagem e a SPE Mais Contagem S.A., relativo à concessão da prestação dos serviços de apoio (não pedagógicos), precedida da realização de obras e serviços de engenharia, em unidades de ensino da rede municipal de educação.

Recentemente, o Município de São Paulo também celebrou contrato de PPP para fins da implantação, manutenção e conservação de 05 centros educacionais unificados, localizados em regiões de alta vulnerabilidade social. Espera-se que os centros atendam 12,5 mil alunos.

Em que pese os projetos mencionados – bem como aqueles que ainda não foram licitados –, é importante destacar que há muito espaço para que os entes públicos promovam iniciativas educacionais em parceria com o setor privado. Segundo dados da Radar PPP, dos 4.196 projetos monitorados apenas 46 referem-se a iniciativas no setor de educação, número consideravelmente menor do que os 118 projetos na área da saúde – outro relevante segmento de infraestrutura social.

Em atenção à carência de parcerias no setor educacional, o Governo Federal, através da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, vem, ainda que a pequenos passos, instituindo medidas de fomento ao desenvolvimento de PPPs de educação, através do oferecimento de assistência técnica e financeira, com recursos do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas (“FEP”). Veja-se que, no início do ano, a Caixa Econômica Federal, enquanto gestora do FEP, celebrou contrato para a estruturação de uma PPP voltada à construção, modernização e operação de unidades da rede pública de educação infantil nos Municípios de Camboriú, Balneário Camboriú e Luiz Alves, em Santa Catarina.

Contudo, ainda há um longo caminho a ser percorrido para a consolidação das PPPs educacionais no país, sendo necessária não apenas maior atuação do Poder Público, como também a superação de estigmas sociais e institucionais, que acabam por tolher o desenvolvimento de projetos no setor de educação.

**Contribuição de Ana Beatriz Franzero, advogada da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados*



Bruna Bouissou, sócia da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados

“Há um longo caminho a ser percorrido para a consolidação das PPPs educacionais no país, sendo necessária não apenas maior atuação do Poder Público, como também a superação de estigmas sociais e institucionais.”



O presente documento é um oferecimento de Azevedo Sette Advogados e da Radar PPP

Informação e análise de qualidade são elementos fundamentais para que o mercado de PPPs e concessões possa se desenvolver.

Entre em contato!

Infraestrutura e Projetos

Azevedo Sette Advogados é um dos principais escritórios no setor de infraestrutura e Direito Público. Temos tradição de mais de 40 anos em licitações, privatizações, direito regulatório, concessões, PPP (Parcerias Público-Privadas), contratos de engenharia e contratos administrativos. Também temos participação ativa nas fusões e aquisições de infraestrutura, bem como no financiamento de projetos (*project finance*) no Brasil e no exterior. Particularmente em relação às PPPs, nossa atuação inclui, ainda, a representação dos nossos clientes em demandas de contencioso administrativo e judicial, particularmente em casos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Experiência em M&A, Contratos, Direito Regulatório Contencioso e Arbitragem, PPPs, PMI, MIP, BTO, Concessões, Project Finance, Investimentos, entre outros.



Azevedo Sette
ADVOGADOS

Visite nosso site: azevedosette.com.br



O Radar de Projetos é o mais completo banco de dados sobre a experiência brasileira com concessões e PPPs. Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O Termômetro do Radar de Projetos é um oferecimento da Radar PPP para os milhares de profissionais que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade das concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo o emprego de recursos públicos e tarifários.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre estará aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.



Visite nosso site: radarppp.com



Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte <https://www.radarppp.com/biblioteca/>.